



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Telefones: (65) 3613-7631 / 7632
e-mail: engenharia@tce.mt.gov.br



Tribunal de Contas
Mato Grosso
TRIBUNAL DO CIDADÃO

LEVANTAMENTO
OBRAS PARALISADAS NO ESTADO DE MATO GROSSO
SISTEMA GEO-OBRAS TCE-MT
2011-2020



Centro Oficial de Treinamento (COT Barra do Pari), em novembro de 2014.
Obra que se encontra paralisada desde dezembro de 2014

Membros da equipe técnica de Auditoria

Emerson Augusto de Campos – Secretário de Controle Externo

Narda Consuelo Vítório Neiva Silva – Auditora Pública Externa

Equipe de Apoio na Secretaria de Tecnologia da Informação

Giulla Hannda de Castro Cabriotti Araújo – Subsecretária da STI/TCE-MT

José Norberto de Barros Júnior – Colaborador da Uniselva/TCE-MT

Cuiabá-MT, junho de 2021.





SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	Deliberação que originou o trabalho	5
1.2	Objetos e limites do levantamento	5
1.3	Metodologia utilizada.....	7
2	VISÃO GERAL DO OBJETO	7
2.1	Dos recentes levantamentos de obras paralisadas.....	8
3	DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO SISTEMA GEO-OBRAS TCE-MT.....	12
4	PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO	26
4.1	Possíveis ações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.....	26
4.2	Possíveis ações no âmbito das Unidades Gestoras responsáveis pela gestão das obras paralisadas – Setores envolvidos e Unidades de Controle Interno	27
4.3	Possíveis ações no âmbito dos Poderes Legislativos	28





LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Quantidade e valor total das obras paralisadas 2011-2020	13
Tabela 2 – Total valores iniciais atuais, medidos e pendentes de medição das obras paralisadas	14
Tabela 3 - Total valores iniciais atuais, medidos e pendentes de medição das obras paralisadas, por área governamental.	16
Tabela 4 - Quantidade de obras paralisadas nas áreas de infraestrutura, educação e saúde	17
Tabela 5 - Valor obras paralisadas nas áreas de infraestrutura, educação e saúde	18
Tabela 6 - Motivos de paralisação.....	18
Tabela 7 - Ranking das 20 unidades gestoras com maior quantidade de obras.....	20
Tabela 8 - Ranking das 20 unidades Gestoras com maior quantidade de obras paralisadas.....	21
Tabela 9 - Ranking das 20 Unidades Gestoras com maiores valores pendentes de medição.....	22
Tabela 10 - Ranking das empresas contratadas com maior quantidade de obras paralisadas em 31/12/2020	23
Tabela 11 - Ranking das empresas contratadas com maiores valores de obras paralisadas em 31/12/2020	25





LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade e valor total das obras paralisadas 2011-2020.....	14
Gráfico 2 - Obras paralisadas por áreas governamentais	16





PROCESSO Nº	:	553530/2021
UNIDADE GESTORA	:	Poderes Executivos Municipais e Secretarias do Estado de Mato Grosso
ASSUNTO	:	Levantamento: Obras Paralisadas
RELATOR	:	Conselheiro Guilherme Antonio Maluf
EQUIPE TÉCNICA	:	Emerson Augusto de Campos Auditor Público Externo
OS 861/2021 – Conex-e	:	Secretário da Secex de Obras e Infraestrutura Narda Consuelo Vitório Neiva Silva Auditora Pública Externa

Exmo. Conselheiro Relator,

1 INTRODUÇÃO

1.1 Deliberação que originou o trabalho

Trata-se de Relatório Técnico de Levantamento acerca das obras paralisadas no Estado de Mato Grosso, com fundamento no inciso IV do § 2º do art. 148; cc inciso LIII, art. 21; ambos do Regimento Interno do TCE-MT, em cumprimento à Ordem de Serviço Conex-e nº 861/2021, conforme objetivo definido no Plano Anual de Fiscalização (PAF) do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso para o exercício de 2021.

1.2 Objetos e limites do levantamento

Este levantamento de dados/informações das obras paralisadas é um importante instrumento de fiscalização utilizado pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE-MT que tem como objetivo diagnosticar e contextualizar o tema no Estado de Mato Grosso e ofertar informações estruturadas e consolidadas aos gestores municipais e estaduais e aos membros dos Poderes Legislativos quanto às obras paralisadas sob a responsabilidade de Prefeitos ou Secretários de Estado e outros gestores.





Entende-se que a disponibilização dessas informações também objetiva possibilitar o gerenciamento da situação e agregar valor na tomada de decisão para retomada e entrega dessas obras quando da elaboração e proposição, dos Poderes Executivos, e aprovação, nos Poderes Legislativos, das leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA).

As informações levantadas são importantes para o TCE-MT, na definição de ações indispensáveis para o monitoramento da gestão sobre a observância ao Art. 45 da LRF¹, além de incentivar aprimoramento das prestações de contas ao controle externo e ao controle social.

Neste levantamento foram utilizadas somente as informações declaratórias apresentadas ao Tribunal de Contas pelos gestores municipais e estaduais por meio do Sistema Geo-Obras TCE-MT, em cumprimento à regulamentação quanto às prestações de contas referentes à execução de obras públicas no Estado de Mato Grosso – Res. Normativa nº 06/2008, nº 06/2011, nº 20/2015 e nº 39/2016. Segundo essas normas, o gestor responsável por cada unidade gestora deve manter os dados atualizados no referido sistema.

A integralidade, a fidedignidade e a tempestividade das informações cadastradas pelos gestores no Sistema Geo-Obras TCE-MT são indispensáveis para se evitar “falsos positivos” na interpretação dos dados.

Esta análise abrange todas as unidades gestoras jurisdicionadas do TCE-MT, executoras de obras no período de 10 (dez) anos, a partir de 2011 a 2020.

¹ Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.





1.3 Metodologia utilizada

Para possibilitar maior transparência da realidade informada ao TCE-MT, neste trabalho foram adotados os seguintes critérios para uma obra ser considerada paralisada:

- a) A declarada pelo gestor como **“paralisada”** no Sistema Geo-Obras TCE-MT;
- b) A declarada pelo gestor como **“paralisada por rescisão contratual”** no Sistema Geo-Obras TCE-MT;
- c) A declarada pelo gestor como **“paralisada por perda de vigência contratual”** no Sistema Geo-Obras TCE-MT; e
- d) A declarada pelo gestor como **“iniciada ou reiniciada”** no Sistema Geo-Obras TCE-MT, porém **“sem medições nos últimos 90 dias”**.

As informações foram levantadas no período de **28/05/2021 a 29/06/2021**, por meio do acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com o uso da ferramenta *Qlik Sense*.

2 VISÃO GERAL DO OBJETO

As obras públicas são instrumentos necessários para ação governamental na prestação dos serviços públicos e se destacam pela materialidade e pela relevância social, uma vez que implicam em investimentos de volumosos recursos públicos e influenciam diretamente no exercício de direitos básicos do cidadão e da sociedade como: educação, saúde, segurança, do transporte eficiente de cargas e pessoas.

A paralisação de uma obra por um período longo ou indefinido de tempo implica em imobilização de recursos públicos com o comprometimento dos serviços já executados, sem a respectiva prestação de serviços à sociedade, com reflexos negativos no exercício da cidadania e na economia do país.





2.1 Dos recentes levantamentos de obras paralisadas

No Brasil, o setor público tem dificuldade histórica para finalizar obras, nos três tipos de entes da federação, em diferentes áreas governamentais (setores beneficiados) e em diferentes tipos e portes de obras, desde uma pequena e simples unidade escolar até uma complexa e sofisticada usina nuclear.

Por mais de uma década, o assunto vem sendo tratado por órgãos do setor público e por representantes do setor privado na busca da solução desse problema nacional para possibilitar o crescimento econômico do país.

Os órgãos de controle interno e externo do Governo Federal, vários tribunais de contas estaduais já realizaram trabalhos para levantar, identificar, localizar e quantificar as obras paralisadas no âmbito de suas jurisdições.

Em 2019, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon, o Conselho Nacional de Justiça – CNJ, o Tribunal de Contas da União – TCU, celebraram cooperação técnica com o objetivo de estabelecer ações conjuntas na busca de soluções para obras paralisadas por decisões judiciais e administrativas no país.

Em junho de 2019, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon² apresentou os resultados consolidados do diagnóstico de grandes obras suspensas e paralisadas no Brasil.

Ainda 2019, foi realizada uma auditoria operacional no TCU com o objetivo de elaborar um amplo diagnóstico sobre as obras paralisadas no país³. Nessa auditoria foram analisadas cinco bases de dados referentes ao mês de

² ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL. **Obras Paralisadas**, 2019. Disponível em: <http://www.atricon.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Atricon-Obras-paralisadas.pdf> . Acesso em: 04/03/2021

³ Obras com aporte de recursos da União





abril/2019, cujas conclusões constam do relatório apreciado pelo Tribunal Pleno em 15/05/2019 e resultou na decisão constante do ACÓRDÃO Nº 1079/2019 – TCU – Plenário⁴.

O Conselho Nacional de Justiça – CNJ apresentou, em 19/11/2019, o Diagnóstico sobre obras paralisadas⁵ por motivação judicial. No foco desse trabalho estava a localização nos tribunais de justiça dos processos referentes às obras paralisadas para que as pendências judiciais pudessem ser solucionadas e os empreendimentos pudessem ser retomados, concluídos e entregues à sociedade.

No segundo semestre de 2020, como resultado de estudo de alternativas para solução do problema das obras paralisadas, a Controladoria Geral da União – CGU realizou e apresentou o Levantamento de obras paralisadas⁶, referente às situações em dezembro de 2019.

Da leitura dos trabalhos indicados anteriormente, é possível inferir que o problema nacional de paralisação de obras públicas decorre, principalmente, das seguintes causas: ausência e/ou deficiência de projetos básicos; falta de recursos orçamentários e financeiros; falta de contrapartida; e falta de capacidade da administração para especificar e fiscalizar a execução de seus contratos.

⁴TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Auditoria Operacional sobre Obras Paralisadas**. Brasília: TCU, 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-sobre-obras-paralisadas.htm>. acesso em 16/03/2021

⁵CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Diagnóstico sobre obras paralisadas**. Disponível https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/11/relatorio_obras_paralisadas-1.pdf acesso em 01/03/2021

⁶CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Levantamento de obras paralisadas - Dezembro/2019 – Relatório de Avaliação** de 25/09/2020. Disponível em <https://www.gov.br/mj/pt-br/acao-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/recomendacoes-do-orgao-de-controle-interno-cgu-exercicio-2020/relatorio-de-avaliacao-levantamento-de-obras-paralisadas-em-dezembro-2019.pdf/view> _Acesso: 14/03/2021





As decisões judiciais representam 3% das causas de paralisação de obras do PAC, segundo o levantamento do TCU. De acordo com o levantamento da Atricon, as decisões administrativas dos Tribunais de Contas representam 0,7 % dessas causas.

Observa-se que os referidos diagnósticos computaram parte das obras paralisadas existentes em cada contexto (universo) avaliado, adotaram diferentes metodologias, diferentes bases de dados, em diferentes datas de referência, resultando em diferentes conclusões relativas às quantidades e aos valores totais das obras paralisadas.

Dessa forma, a comparação a partir desses resultados deve levar em conta que órgãos e ministérios utilizam parâmetros diferentes para obtenção e gestão das informações.

O levantamento da CGU ressaltou a diferença entre a própria metodologia e a adotada pelo TCU no Acórdão nº 1.079/2019 – TCU – Plenário ao apontar para existência de 10.196 (dez mil, cento e noventa e seis) obras paralisadas em dezembro de 2019, no valor total de R\$ 165,9 bilhões⁷, indicando uma redução de 21,8 % na quantidade e de 22% no valor total das obras paralisadas, entre abril/2019 e dezembro/2019.

Ainda segundo o relatório da CGU, a redução na quantidade de obras paralisadas resultou da concentração de esforços e do uso racional dos recursos disponíveis frente às necessidades da carteira de obras paralisadas.

Ao final dos trabalhos do CNJ, do TCU e da CGU foram apresentadas alternativas e recomendações para solução do problema nacional das obras

⁷ Com investimento total de R\$ 165,9 bilhões, dentro de um universo de 32.415 instrumentos em andamento, compondo uma carteira de aproximadamente R\$ 945 bilhões,





paralisadas que passam, necessariamente, pelos caminhos: do aprimoramento das prestações de contas dos gestores públicos executores de obras; da melhoria da capacidade institucional das unidades gestoras; e do comprometimento e envolvimento de gestores, de parlamentares, de chefes dos poderes e dos órgãos de controle.

Em Mato Grosso, o assunto “Obras Públicas Paralisadas” vem sendo discutido pela sociedade por vários anos, ganhando maior destaque a partir de 2013 com o advento do programa governamental MT Integrado e de 2014, quando Cuiabá foi subsede da realização da Copa do Mundo FIFA 2014 e muitas das obras não foram concluídas a tempo e outras permanecem paralisadas.

Desde 2008, com o advento do Sistema Geo-Obras TCE-MT, o TCE-MT vem disponibilizando informações sobre as obras executadas no Estado de Mato Grosso, possibilitando efetivamente: aos gestores, o gerenciamento das obras sob suas responsabilidades; ao próprio TCE-MT, o aprimoramento das fiscalizações; e ao cidadão, o controle social.

Em 2019, foi realizado um Levantamento das Obras Paralisadas no Estado de Mato Grosso na base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com as informações inseridas até 04/10/2019, cujo relatório foi apreciado pelo Tribunal Pleno em 19/05/2020, resultando na decisão constante do Acórdão n 94/2020 TP, publicado em 22/06/2020. Constan da referida deliberação:

- ✓ determinação aos gestores responsáveis que mantenham os dados atualizados no Sistema Geo-Obras TCE-MT, evitando-se assim “falsos positivos” na interpretação dos dados; e
- ✓ recomendação ao Poder Legislativo de cada jurisdicionado a observação e o respeito ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ao analisar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária Anual, impedindo a aprovação de novos projetos de obras na existência de empreendimentos iniciados e não concluídos.





Posto isso, registra-se que com este levantamento pretende-se, além das análises das informações consolidadas, propor ações que possibilitem aos gestores mapear e tratar fragilidades existentes quanto ao registro tempestivo e à disponibilização das informações no Sistema Geo-Obras TCE-MT e propor ações conjuntas para a solução do problema das obras paralisadas no estado.

Constam do banco de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT **somente informações declaratórias inseridas nas unidades gestoras** nas diversas fases do processo de contratação e execução de obras (licitação, contrato e obra).

3 DA ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DO BANCO DE DADOS DO SISTEMA GEO-OBRA TCE-MT

O acesso à base de dados foi feito com a utilização da ferramenta *Qlik Sense*, e para a análise foram adotados os seguintes critérios:

1. Adoção do ano de cadastro da data de início da obra;
2. Identificação como “obra paralisada” as obras nas seguintes situações:
 - a) A declarada pelo gestor como “paralisada” no Sistema Geo-Obras TCE-MT;
 - b) A declarada pelo gestor como “paralisada por rescisão contratual” no Sistema Geo-Obras TCE-MT;
 - c) A declarada pelo gestor como “paralisada por perda de vigência contratual” no Sistema Geo-Obras TCE-MT; e
 - d) A declarada pelo gestor como “iniciada ou reiniciada” no Sistema Geo-Obras TCE-MT, porém “sem medições nos últimos 3 meses (90 dias)”.
3. Obtenção do valor total da obra através da aplicação da fórmula:
Valor Total da obra em 31/12 = Valor Inicial + Valor Acrescido por Aditivo + Valor Acrescido por Apostila.





Passa-se à análise das informações.

Durante o período de 2011 a 2020 ocorreu crescimento na quantidade e no valor das obras paralisadas. De 161 obras paralisadas em 31/12/2011, no valor total aproximado de R\$ 84,6 milhões, passando para 2718 obras paralisadas em 31/12/2020, no valor total aproximado de R\$ 6,87 bilhões, conforme demonstrado na Tabela 01 – Quantidade e Valor total das obras paralisadas 2011-2020.

Observa-se que a partir de 2014 o valor total das obras paralisadas em 31/12 ultrapassou R\$ 6,0 bilhões, essa situação sofreu influência de alguns eventos como a Copa do Mundo de Futebol Fifa 2014 e advento do Programa MT Integrado.

Tabela 1: Quantidade e valor total das obras paralisadas 2011-2020

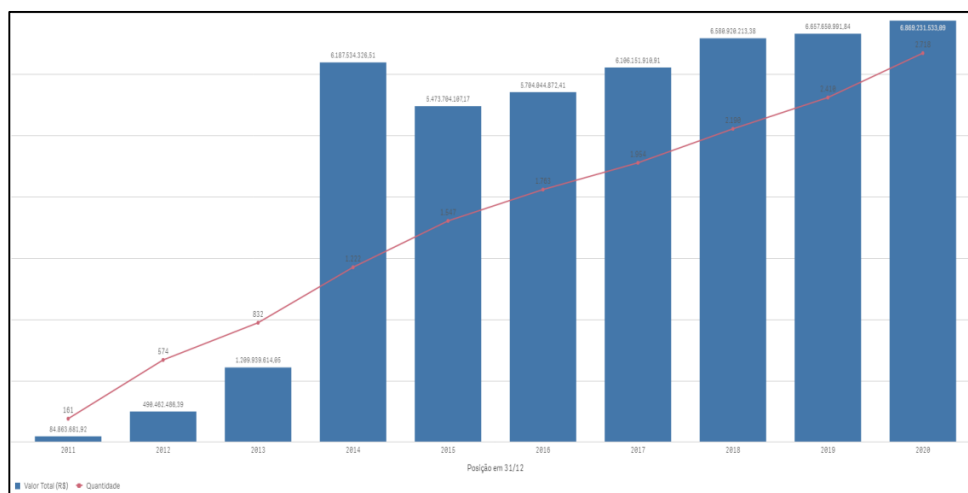
Posição em 31/12	Quantidade	Valor Total (R\$)
2011	161	84.863.681,92
2012	574	490.462.486,39
2013	832	1.209.939.614,05
2014	1222	6.187.534.326,51
2015	1547	5.473.704.107,17
2016	1763	5.704.044.872,41
2017	1954	6.106.151.910,91
2018	2190	6.580.920.213,38
2019	2410	6.657.650.991,84
2020	2718	6.869.231.533,09

Fonte: acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta
QLIK sense, em 28/05/2021





Gráfico 1 - Quantidade e valor total das obras paralisadas 2011-2020



Tais empreendimentos já custaram ao Erário, até 31/12/2020, **R\$ 3,66 bilhões**, faltando aporte do valor aproximado de **R\$ 3,20 bilhões** para que possam ser concluídos, conforme detalhado na Tabela 2 – Total valores iniciais atuais, medidos e pendentes de medição das obras paralisadas.

Cabe destacar que o valor indicado para retomada e conclusão dessas obras, valor pendente de medição, pode sofrer variações positivas ou negativas decorrentes de fatores específicos de cada empreendimento, tais como reajustamentos, necessidade de reexecução de serviços, regularização de cadastros no Sistema Geo-Obras TCE-MT, dentre outros.

Tabela 2 – Total valores iniciais atuais, medidos e pendentes de medição das obras paralisadas

Situação em 31/12	Quantidade (unidade)	Valor Atual da Obra (R\$)	Valor Total Medido da obra	Valor Total Pendente de Medição
2011	161	84.863.681,92	31.895.004,40	52.968.677,52
2012	574	490.462.486,39	161.784.850,94	328.677.635,45
2013	832	1.209.939.614,05	445.452.934,84	764.486.679,21
2014	1222	6.187.534.326,51	2.719.002.371,47	3.468.531.955,04
2015	1547	5.473.704.107,17	2.491.789.298,69	2.981.914.808,48
2016	1763	5.704.044.872,41	2.538.583.601,41	3.165.461.271,00





2017	1954	6.106.151.910,91	3.164.413.102,95	2.941.738.807,96
2018	2190	6.580.920.213,38	3.594.098.228,64	2.986.821.984,74
2019	2410	6.657.650.991,84	3.585.803.990,13	3.071.847.001,71
2020	2718	6.869.231.533,09	3.665.022.804,58	3.204.208.728,51

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em 28/05/2021

Observa-se que, em uma década, a quantidade de obras paralisadas passou de 161 em 2011, para 2718 em 2020, um crescimento de 16,88 vezes ou 1688%; e o valor do investimento necessário para concluir as obras paralisadas passou de R\$ 52,98 milhões em 2011, para R\$ 3,20 bilhões em 2020, um crescimento de 60,5 vezes ou 6050%.

Figura 1 - Obra Veículo Leve sobre Trilhos - VLT. Contrato nº 037/2012.



Fonte: Base de dados do Sistema Geo-Obras Cidadão TCE-MT⁸

Conforme detalhado na Tabela 3 - Total valores iniciais atuais, medidos e pendentes de medição das obras paralisadas, por área governamental, a distribuição das obras paralisadas pelas áreas governamentais, há uma concentração de obras nas áreas de infraestrutura e transporte, educação e saúde.

⁸ Disponível em: <https://geoobrascidadao.tce.mt.gov.br/obra/22176/contratacao-empresa-para-prestacao-servicos-tecnicos-especializados-engenharia-arquitetura-sistemas-ferroviarios-para-elaboracao-p> Acesso em: 28/06/2021.



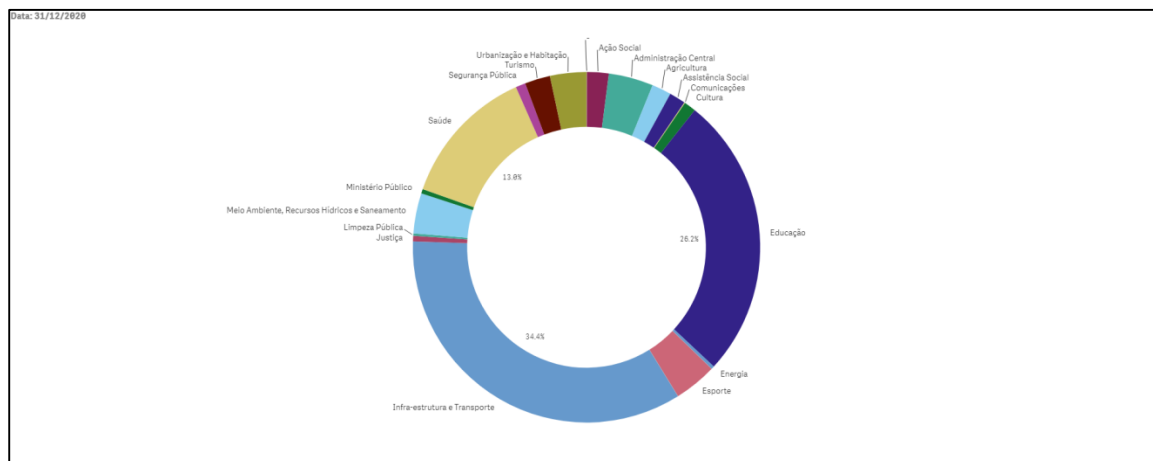


Tabela 3 - Total valores iniciais atuais, medidos e pendentes de medição das obras paralisadas, por área governamental.

Área Governamental	Quantidade	Valor Total (R\$)	Valor Medição Acumulada (R\$)	Valor Pendente de Medição (R\$)
Infraestrutura e Transporte	934	5.054.165.537,31	2.892.747.428,39	2.161.418.108,92
Educação	712	618.681.769,54	238.340.285,81	380.341.483,73
Saúde	352	419.402.093,61	210.062.046,59	209.340.047,02
Administração Central	113	158.890.816,72	67.144.668,14	91.746.148,58
Esporte	108	88.047.819,46	45.096.780,53	42.951.038,93
Meio Ambiente e Recursos Hídricos. e Saneamento	101	200.306.544,30	99.316.746,66	100.989.797,64
Urbanização e Habitação	92	68.098.739,88	19.208.747,08	48.889.992,80
Turismo	64	75.117.458,57	20.751.979,37	54.365.479,20
Ação Social	55	18.523.244,08	7.984.130,27	10.539.113,81
Agricultura	49	30.954.399,27	9.980.166,77	20.974.232,50
Assistência Social	41	16.337.745,07	10.020.780,32	6.316.964,75
Cultura	30	19.187.941,93	3.497.566,30	15.690.375,63
Segurança Pública	25	29.037.822,92	4.710.051,06	24.327.771,86
Justiça	14	41.484.596,36	21.160.021,31	20.324.575,05
Ministério Público	11	20.078.724,25	8.095.094,63	11.983.629,62
Energia	8	2.907.826,16	1.930.623,54	977.202,62
Limpeza Pública	6	7.837.153,66	4.919.087,81	2.918.065,85
Comunicações	2	111.300,00	56.600,00	54.700,00
-	1	60.000,00	0,00	60.000,00
Total	2.718	6.869.231.533,09	3.665.022.804,58	3.204.208.728,51

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em 28/05/2021

Gráfico 2 - Obras paralisadas por áreas governamentais





Esse tipo de informação pode ser útil para auxiliar os gestores na definição, implantação e avaliação de políticas públicas.

Destaca-se a seguir, na Tabela 4 - Quantidade de obras paralisadas nas áreas de infraestrutura, educação e saúde, a análise das três áreas governamentais com maior concentração de quantidade e dos valores de obras paralisadas.

Tabela 4 - Quantidade de obras paralisadas nas áreas de infraestrutura, educação e saúde

Ano	Infraestrutura	Educação	Saúde	Subtotal	Total (todas as áreas)	% do Total
2011	65	19	13	97	161	60,25
2012	182	127	66	375	574	65,33
2013	276	193	120	589	832	70,79
2014	430	264	194	888	1222	72,67
2015	497	367	263	1127	1547	72,85
2016	597	435	266	1298	1763	73,62
2017	674	477	278	1429	1954	73,13
2018	745	587	292	1624	2190	74,16
2019	817	639	315	1771	2410	73,49
2020	934	712	352	1998	2718	73,51

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta *QLIK sense* em 28/05/2021

Verifica-se que o percentual da quantidade de obras das três áreas juntas se manteve elevado ao longo da década analisada, passando de 60,25% em 2011, para 73,51% em 2020.

Essas áreas merecem atenção dos gestores para revisão e/ou redefinição da política pública que demandou o investimento que se encontra imobilizado em cada obra foi paralisada.

Conforme Tabela 5 - Valor obras paralisadas nas áreas de infraestrutura, educação e saúde, constata-se que as obras paralisadas nas três áreas





fundamentais representaram uma parcela significativa do valor total, passando de 67,10%, em 2011, para 88,69% em 2020.

Tabela 5 - Valor obras paralisadas nas áreas de infraestrutura, educação e saúde

Ano	Infraestrutura e Transporte	Educação	Saúde	Subtotal	Valor Total (R\$)	%
2011	47.821.611,58	5.280.876,51	3.841.729,18	56.944.217,27	84.863.681,92	67,10
2012	271.954.617,40	59.786.928,88	27.688.298,77	359.429.845,05	490.462.486,39	73,28
2013	788.268.281,07	108.276.474,81	55.943.571,78	952.488.327,66	1.209.939.614,05	78,72
2014	5.457.412.270,00	162.066.884,53	203.097.927,20	5.822.577.081,73	6.187.534.326,51	94,10
2015	4.505.427.598,37	248.902.980,51	247.156.176,56	5.001.486.755,44	5.473.704.107,17	91,37
2016	4.598.578.285,49	332.822.327,26	244.641.838,89	5.176.042.451,64	5.704.044.872,41	90,74
2017	4.916.998.493,47	376.094.592,06	276.082.769,24	5.569.175.854,77	6.106.151.910,91	91,21
2018	5.150.483.222,45	508.110.284,26	274.257.878,14	5.932.851.384,85	6.580.920.213,38	90,15
2019	5.049.833.606,69	526.376.240,98	393.498.750,78	5.969.708.598,45	6.657.650.991,84	89,67
2020	5.054.165.537,31	618.681.769,54	419.402.093,61	6.092.249.400,46	6.869.231.533,09	88,69

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em 28/05/2021

Constata-se, dessa forma, problemas de efetividade da ação pública nessas áreas governamentais, pois há prejuízo social crescente, decorrente da paralisação de obras importantes para o cidadão no exercício de direitos fundamentais como educação, saúde e mobilidade para ir e vir.

Também é possível verificar, na Tabela 6 – Motivos de Paralisação, os motivos das paralisações das obras informadas nas unidades gestoras e obras sem medição nos últimos 90 dias de 2020.

Tabela 6 - Motivos de paralisação

31/12/Ano	Paralisada	Paralisada por perda de vigência contratual	Paralisada por rescisão contratual	Paralisada > 90 dias	Total
2011	57	0	8	96	161
2012	129	0	87	358	574
2013	132	0	215	485	832
2014	215	0	337	670	1222





2015	210	0	471	866	1547
2016	264	0	683	816	1763
2017	262	0	785	907	1954
2018	309	0	926	955	2190
2019	333	2	1029	1046	2410
2020	348	3	1151	1216	2718

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em
28/05/2021

Constata-se que a quantidade de paralisações cresceu para cada motivo em dez anos. Cabe destacar que as obras informadas como “Paralisadas”, “Paralisadas por rescisão contratual” e “Paralisadas por perda de vigência contratual”, estão computadas conforme a declaração das próprias unidades gestoras.

Destaca-se que as obras informadas como “Paralisadas por rescisão contratual” ou “Paralisadas por perda de vigência contratual” podem ter sido retomadas por outros instrumentos contratuais sem a devida atualização no Sistema Geo-Obras TCE-MT, alterando-se a situação da obra para “Reiniciada por meio de outro Contrato”.

Com o objetivo de demonstrar um cenário mais próximo da realidade e mitigar os efeitos de eventuais **não atualizações** da situação das obras no sistema, também foram selecionadas as obras declaradas “iniciadas” ou “reiniciadas”, que estão sem valores medidos por 90 dias ou mais. Dessa forma, constata-se um percentual elevado de obras paralisadas “de fato”, chegando a 44,7% em 2020, sendo que das 2718 obras paralisadas, 1216 estavam sem informação de avanço nas medições dos serviços nos últimos 90 dias de 2020. Isso pode caracterizar falha na gestão e/ou no controle das informações que devem ser cadastradas no sistema ou a intenção de não atualizar a situação real da obra para não se expor a deficiência na gestão desses empreendimentos perante os órgãos de controle e sociedade.





Importante destacar que algumas das unidades gestoras identificadas na Tabela 7 - Ranking das 20 unidades gestoras com maior quantidade de obras sem medição > 90 dias (Prefeitura Municipal de Cuiabá, Prefeitura Municipal de Primavera do Leste, Prefeitura Municipal de Rondonópolis, Prefeitura Municipal de Sinop, Prefeitura Municipal de Tangará da Serra e Prefeitura Municipal de Várzea Grande) participam do Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado – PDI, instituído em 2012 pelo Tribunal de Contas de Mato Grosso, cujo foco é o desenvolvimento integrado e permanente do TCE-MT e de todas as instituições públicas fiscalizadas, a partir da transferência de conhecimento, tecnologias e boas práticas de gestão. Seria razoável que essas unidades gestoras utilizassem das parcerias advindas do PDI para o aprimoramento da gestão e do controle da execução das obras, bem como da manutenção da integridade e fidedignidade das informações constantes no Sistema Geo-Obras TCE-MT.

Tabela 7 - Ranking das 20 unidades gestoras com maior quantidade de obras
sem medição > 90 dias

Unidade Gestora	Quantidade
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONOPOLIS	115
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE	70
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	65
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS	46
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA	45
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA	41
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA	34
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES	33
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	29
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI	27
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE	26
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA	22
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA	21
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSCIMEIRA	20
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO	19
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES	18
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	17
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARCAS	14





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA	14
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO	14
TOTAL	690

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em 28/05/2021

Verifica-se que de um total de 1216 de obras sem informação de medição nos últimos 90 dias, 690 obras estão sob a responsabilidade de 20 unidades gestoras.

Importante identificar na Tabela 8 – *Ranking* das 20 unidades Gestoras com maior quantidade de obras paralisadas, as unidades gestoras com maior quantidade de obras paralisadas.

Tabela 8 - Ranking das 20 unidades Gestoras com maior quantidade de obras paralisadas

Unidade Gestora	Quantidade	Valor Total (R\$)	Valor Medição Acumulada (R\$)	Valor Pendente de Medição (R\$)
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONOPOLIS	184	151.432.769,81	84.840.900,67	66.591.869,14
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	139	151.511.973,46	45.008.038,53	106.503.934,93
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE	126	250.946.060,21	148.190.955,16	102.755.105,05
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	116	2.275.641.357,89	1.107.308.461,50	1.168.332.896,39
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA	67	444.262.139,16	191.576.352,51	252.685.786,65
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARCAS	54	53.065.645,45	39.501.606,03	13.564.039,42
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA	50	9.375.612,30	2.702.306,17	6.673.306,13
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO ARAGUAIA	48	19.241.598,74	11.199.525,58	8.042.073,16
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO	47	69.459.520,69	33.861.256,21	35.598.264,48
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	45	96.001.539,73	61.355.339,12	34.646.200,61
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA	45	21.249.310,10	14.146.421,08	7.102.889,02
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES	43	192.019.336,31	41.354.489,57	150.664.846,74
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA	41	11.957.471,68	4.128.345,15	7.829.126,53
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES	40	32.671.336,93	12.060.744,14	20.610.592,79
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA DA SERRA	39	23.751.761,88	8.795.053,67	14.956.708,21
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA	38	11.093.243,50	6.948.653,59	4.144.589,91





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI	36	16.785.274,91	5.520.331,34	11.264.943,57
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANA	35	18.829.072,85	11.834.125,89	6.994.946,96
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE	35	40.771.556,74	15.845.585,84	24.925.970,90
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES	31	24.731.052,86	7.816.248,55	16.914.804,31
TOTAL	1.259	3.914.797.635,20	1.853.994.740,30	2.060.802.894,90

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em 28/05/2021.

Constata-se que 20 unidades gestoras são responsáveis por 1294 ou 46,32% de todas as 2718 obras paralisadas.

Outra importante análise pode ser feita na Tabela 9 – *Ranking* das 20 Unidades Gestoras com maiores valores pendentes de medição, quanto ao aporte de recursos estimados para retomada e conclusão das obras paralisadas,

Tabela 9 - Ranking das 20 Unidades Gestoras com maiores valores pendentes de medição

Unidade Gestora	Valor Pendente de Medição (R\$)	Valor Medição Acumulada (R\$)	Valor Total (R\$)
SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA	1.168.332.896,39	1.107.308.461,50	2.275.641.357,89
SECRETARIA ESTADUAL EXTRAORDINARIA DA COPA DO MUNDO - FIFA 2014	471.267.197,45	1.295.484.300,14	1.766.751.497,59
PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABA	252.685.786,65	191.576.352,51	444.262.139,16
SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES	150.664.846,74	41.354.489,57	192.019.336,31
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO	106.503.934,93	45.008.038,53	151.511.973,46
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE	102.755.105,05	148.190.955,16	250.946.060,21
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONOPOLIS	66.591.869,14	84.840.900,67	151.432.769,81
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO	35.598.264,48	33.861.256,21	69.459.520,69
PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP	34.646.200,61	61.355.339,12	96.001.539,73
SERVICO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO DE SINOP	34.456.132,62	18.651.227,15	53.107.359,77
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA	30.944.791,14	7.768.808,75	38.713.599,89
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI	25.713.904,60	6.254.198,75	31.968.103,35
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRIMAVERA DO LESTE	24.925.970,90	15.845.585,84	40.771.556,74
SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	20.902.177,56	11.623.030,95	32.525.208,51
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES	20.610.592,79	12.060.744,14	32.671.336,93
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPA	20.444.942,88	4.435.857,03	24.880.799,91





TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	20.300.805,93	20.699.572,33	41.000.378,26
FUNDO UNICO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CUIABA	19.387.562,80	7.850.723,48	27.238.286,28
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA	16.965.413,56	19.994.308,11	36.959.721,67
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACERES	16.914.804,31	7.816.248,55	24.731.052,86
TOTAL	2.640.613.200,53	3.141.980.398,49	5.782.593.599,02

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em 28/05/2021

Importante destacar a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística incorporou a Secretaria Estadual Extraordinária da Copa do Mundo - FIFA 2014 e a Secretaria de Estado de Cidades. Logo, para 18 unidades gestoras, o aporte estimado para conclusão das obras chega a R\$ 2,6 bilhões, representando aproximadamente 82,41% de R\$ 3.2 bilhões, valor total pendente de medição (tabela 2).

Outra análise possível no contexto das obras paralisadas é quanto à identificação das empresas contratadas para execução dessas obras. Apresenta-se a seguir a Tabela 10 - *Ranking* das 20 empresas contratadas com maior quantidade de obras paralisadas em 31/12/2020, conforme as informações declaratórias constantes no Sistema Geo-Obras TCE-MT.

Tabela 10 - Ranking das empresas contratadas com maior quantidade de obras paralisadas em 31/12/2020

CONTRATADA	QUANT.	VALOR TOTAL (R\$)
WN CONSTRUÇÕES LTDA	40	9.843.520,79
CODER COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE RONDONOPOLIS	36	26.733.009,49
MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA	30	37.955.149,69
A I FERNANDES SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELLI – EPP	28	54.817.942,23
AIRTON BRESOLIN SERVIÇOS- ME	25	424.461,34
CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA – ME	20	1.252.505,38
PAULO ROCHA DOS SANTOS EIRELLI – ME	20	5.181.504,18
BASE DUPLA SERVICOS E CONSTRUcoes CIVIL LTDA	18	99.274.867,05
HB CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA-ME	17	2.642.820,75





S.A. LIMA CONSTRUÇÕES EIRELI-EPP	17	12.748.497,41
SANTA EUNICE CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA	17	9.608.301,64
CONSTRUTORA FERREIRA LTDA	16	7.819.258,07
CONSTRUTORA TRIPOLO LTDA	16	19.632.327,35
PROJETUS ENG. COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	16	15.504.204,94
TECMAX ENGENHARIA E TELECOMUNICACOES EIRELI – EPP	16	2.127.535,11
BRAGA CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA – ME	15	9.446.713,15
CASAALTA CONSTRUTORA LTDA	15	25.036.089,24
COEL - COMPANHIA DE OBRAS DE ENGENHARIA LTDA EPP	14	38.456.537,73
RODOSERVICE CONSTRUCOES LTDA – ME	14	6.236.350,85
SP. MARTINS – ME	14	5.951.274,68
TOTAL	404	390.692.871,07

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em
28/05/2021

Observa-se que 404, ou 14,86%, das 2718 obras paralisadas estão sob a responsabilidade de 20 empresas.

Esses números podem indicar reiteração de irregularidades nas Unidades Gestoras como: ausência ou deficiência no planejamento das obras, inclusive quanto aos projetos e orçamentos; deficiência da fiscalização da obra; deficiência na gestão do contrato; deficiência na avaliação da capacidade financeira e jurídica dos possíveis contratados por não considerar o desempenho histórico das empresas quanto à conclusão de obras públicas e o total dos contratos assumidos vigentes de cada empresa.

É comum encontrar empresas que retardam o ritmo de execução ou abandonam injustificadamente as obras depois de receberem os pagamentos referente às primeiras etapas do empreendimento. Essa situação fica agravada porque outras empresas classificadas na licitação, com frequência, não manifestam interesse em continuar e concluir a execução de obra remanescente, abandonada pela empresa vencedora do certame.





Observa-se que ao não cumprirem as obrigações contratuais, as empresas contratadas, além de inadimplentes, são descomprometidas com a Administração Pública e sociedade.

A relação das empresas detentoras de vários contratos de obras que se encontram paralisadas pode servir de alerta às comissões de licitação quanto ao aprimoramento das diligências necessárias à avaliação de eventuais declarações de inidoneidade ou suspensão para contratação com a Administração Pública.

Na sequência, apresenta-se na Tabela 11 – *Ranking* das empresas contratadas com maiores valores de obras paralisadas em 31/12/2020.

Tabela 11 - Ranking das empresas contratadas com maiores valores de obras paralisadas em 31/12/2020

CONTRATADA	VALOR TOTAL (R\$)	QUANTIDADE
CONSÓRCIO VLT CUIABÁ	1.477.617.277,15	1
EMSA EMPRESA SUL AMERICA DE MONTAGENS S/A	304.861.721,76	3
CONSTRUTORA SANCHES TRIPOLONI	157.566.884,85	2
TRIMEC CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA.	126.070.311,20	8
EQUIPAV ENGENHARIA LTDA	118.937.530,56	3
H.L. CONSTRUTORA LTDA	118.167.484,94	7
CONSÓRCIO NORMANDIA – PHOENIX – EDEME	116.501.424,47	1
JM TERRAPLENAGEM E CONSTRUÇÕES LTDA	110.132.992,09	3
CONSTRUTORA RIO TOCANTINS LTDA	108.323.699,49	1
ENCOMIND ENGENHARIA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA	103.735.509,55	6
BASE DUPLA SERVICOS E CONSTRUÇOES CIVIL LTDA	99.274.867,05	18
CONCREMAX CONCRETO ENG E SANEAMENTO LTDA	96.101.229,13	2
CONSORCIO GUAXE-ENCOMIND-JBS	94.900.000,00	1
CONSTRUTORA NHAMBIQUARAS LTDA	91.394.918,83	11
ENSERCON ENGENHARIA LTDA	90.872.785,30	9
CONSORCIO SANCHES TRIPOLONI-TRAFECOM	89.000.000,00	1
CONSERVA DE ESTRADAS LTDA	88.212.030,59	1
CONSÓRCIO MARECHAL RONDON	86.545.981,33	1
SEMEC - SERVIÇOS DE ENG. E CONSTRUÇÕES LTDA	76.267.717,78	4
CONSORCIO AGRIMEX	73.000.000,00	1
TOTAL	3.627.484.366,07	84

Fonte: Acesso à base de dados do Sistema Geo-Obras TCE-MT com a ferramenta QLIK sense em 28/05/2021





Verifica-se que 20(vinte) empresas têm, no conjunto, o valor aproximado de **R\$ 3,62 bilhões** que correspondem a 52,80% do valor total das obras paralisadas. Excluindo o valor do Consórcio VLT Cuiabá, verifica-se que 19 empresas têm no conjunto 83 obras paralisadas no valor aproximado de R\$ 2,14 bilhões ou 31,3% do valor total aproximado de **R\$ 6,86 bilhões**.

4 PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

A retomada e conclusão das obras paralisadas no Estado de Mato Grosso, a mitigação de possíveis falsos positivos no Sistema Geo-Obras, bem como a minimização dos riscos de novas obras entrarem no rol de empreendimentos paralisados, depende de ações concretas dos tomadores de decisão, em especial: dos Parlamentares, dos Gestores, dos Controladores Internos.

Dessa forma, com o intuito de contribuir na solução do problema, apresentam-se a seguir algumas possíveis ações a serem tomadas no âmbito das competências de cada interessado, sem prejuízo de outras ações não elencadas neste relatório.

4.1 Possíveis ações no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso

- a) identificação e disponibilização, por meio de sistema eletrônico de extração de dados⁹, da relação de obras paralisadas em determinada data histórica, para cada unidade gestora responsável, bem como valor total da obra até a data de referência, o valor medido acumulado, o valor pendente de medição, a empresa contratada, dentre outras informações relacionadas ao objeto;

⁹ Projeto **Radar de Controle Público: Módulo Obras Paralisadas (Apêndice I)**.





- b) orientação permanente das unidades gestoras acerca do manuseio do Sistema Geo-Obras TCE-MT visando a eliminação de eventuais falsos positivos de obras paralisadas.
- c) fomento à aderência, por parte das unidades gestoras, às Resoluções Normativas nº 36/2016 e 18/2017 do TCE, que visam aprimorar os projetos e orçamentos de obras públicas, mitigando os riscos de futuras paralisações;
- d) atuação na capacitação dos operadores do Sistema Geo-Obras TCE-MT, visando minimizar equívocos de lançamentos;
- e) reestruturação do Sistema Geo-Obras TCE-MT¹⁰, tanto sob o ponto de vista de layout quanto de sistema tecnológico, ampliando a facilidade de lançamentos e ajustes de informações do seu banco de dados;
- f) avaliação, mediante atividade fiscalizatória específica, da integridade e fidedignidade das informações cadastradas no Sistema Geo-Obras TCE-MT, bem como do avanço da retomada de obras mediante o uso de indicadores de desempenho.

4.2 Possíveis ações no âmbito das Unidades Gestoras responsáveis pela gestão das obras paralisadas – Setores envolvidos e Unidades de Controle Interno

- a) criação de Comissão de Tratamento de Obras Paralisadas contemplando os setores responsáveis pela gestão da obra e a Unidade de Controle Interno.
- b) identificação, por meio do **Radar de Controle Público: Módulo Obras Paralisadas (Apêndice I)** e mecanismos próprios, da relação de obras paralisadas sob a sua responsabilidade;
- c) avaliação da regularidade do status (situação) da obra junto ao Sistema Geo-Obras TCE-MT visando eliminar eventuais falsos positivos, seja pela

¹⁰ Projeto **Novo Sistema Geo-Obras TCE-MT**.





- adequação do status (situação) da obra¹¹, seja pelo cadastramento de medições realizadas e não inseridas no sistema;
- d) identificação da causa da paralisação de cada obra, de maneira individualizada, propondo ações específicas relacionadas ao empreendimento;
 - e) elaboração e implementação de Planos de Providências referentes às obras identificadas como paralisadas, de modo a permitir o monitoramento das ações relacionadas ao empreendimento.

4.3 Possíveis ações no âmbito dos Poderes Legislativos

- a) criação de Comissão de Parlamentar de Impulsionamento de Obras Paralisadas.
- b) identificação, por meio do **Radar de Controle Público: Módulo Obras Paralisadas (Apêndice I)** e mecanismos próprios, da relação de obras paralisadas sob a responsabilidade do Poder Executivo sob sua fiscalização;
- c) avaliação das medidas propostas nos Planos de Providências referentes às obras paralisadas sob a responsabilidade do Poder Executivo sob sua fiscalização;
- d) identificação das obras que requerem priorização nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) como medida para sua continuidade e conclusão, em observância ao disposto no artigo 45 da LRF;
- e) priorização de obras específicas nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA), em observância ao disposto no artigo 45 da LRF;
- f) acompanhamento simultâneo da regularidade da execução do orçamento em relação às peças orçamentárias.

Dessa forma, sugere-se ao Exmo. Conselheiro Relator:

¹¹ Atualmente o Sistema Geo-Obras TCE-MT possui as seguintes opções de status (situação) da obra: Não iniciada, Iniciada, Paralisada; Paralisada por rescisão contratual; Paralisada por perda de vigência contratual; Reiniciada; Reiniciada por meio de outro contrato; Concluída e não recebida; Concluída e recebida provisoriamente e Concluída e recebida definitivamente.





- a) Conhecer do presente Processo de Levantamento;
- b) Recepcionar o presente relatório técnico de levantamento, dar conhecimento do seu conteúdo ao E. Tribunal Pleno, bem como deliberar pelo seu envio aos Poderes Executivos Municipais e Estadual, principais responsáveis pela gestão das obras paralisadas no Estado, e aos Poderes Legislativos, atores ativos na definição das políticas públicas.

*(assinatura digital)*¹²

Narda Consuelo Vitória Neiva Silva
Auditora Pública Externa

*(assinatura digital)*¹²

Emerson Augusto de Campos
Secretário de Controle Externo de Obras e Infraestrutura

¹² Documento firmado por assinatura digital, baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, nos termos da Lei Federal nº 11.419/2006 e Resolução Normativa nº 9/2012 do TCE/MT.

